

**Adriano Codato, Luiz Domingos Costa & Lucas Massimo (orgs.). Retratos da classe política no Brasil: estudos de ciência política.**

Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

Paulo Magalhães Araújo\*

A separação entre governantes e governados nos sistemas políticos modernos evoca o *recrutamento político* e a *formação de elites* como centrais na discussão sobre a democracia. Tipicamente, estudos sobre recrutamento político permitem rastrear a trajetória dos representantes desde suas origens sociais, passando por processos de diferenciação que as “descolam” de tais origens, até sua entrada nas arenas de poder (Czudnowski, 1975). Já os estudos sobre elites, em termos estritos, visam entender as configurações sociopolíticas desse segmento social, sua distribuição nas arenas de poder, bem como suas atitudes, opiniões e tendências comportamentais (Anastasia *et al.*, 2010). Sem dúvida, as elites políticas eletivas são privilegiadas nessas duas vertentes de estudos. É inegável a importância dessas pesquisas para o entendimento das dinâmicas referentes à composição e aos potenciais da representação democrática (Anastasia *et al.*, 2010).

Este é logicamente um campo complexo de pesquisa. Novato ou experiente, um pesquisador brasileiro que resolva investir em estudos na área deve dedicar muito esforço para localizar a dispersa – embora crescente – produção bibliográfica e organizá-la a partir de seus recortes temáticos, perspectivas teóricas, estratégias analíticas, metodologias... Um dos méritos do livro *Retratos da classe política no Brasil* é, precisamente, oferecer ao leitor um portfólio das pesquisas na área, mobilizando uma literatura ampla e atual para avaliar a origem, a formação e o perfil da elite política brasileira – e dos segmentos sociais que buscam integrá-la.

\* É doutor em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor de ciência política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: [pmagal@uol.com.br](mailto:pmagal@uol.com.br).

A coletânea foi lançada como *e-book* e reúne trabalhos já publicados ao longo dos últimos três anos, na forma de artigos ou capítulos de livros, por um grupo de pesquisadores que compartilham o interesse pelo tema. Embora variem em termos dos objetivos específicos, do tipo de dados mobilizados e dos métodos e técnicas de análise, os textos que compõem a obra refletem um esforço coletivo de pesquisa que busca integrar dimensões referentes à estrutura socioeconômica, à cultura, às instituições formais e aos elementos subjetivos que orientam as ações políticas. A tipologia adotada varia levemente de um capítulo a outro conforme o foco do estudo, mas a tripartição das dimensões em *socioestrutural*, *político-institucional* e *atitudinal* – proposta por Bruno Bolognesi e Pedro Medeiros – encampa o esforço geral da obra de identificar e integrar os fatores explicativos dos fenômenos em análise.

Conforme os autores, na dimensão socioestrutural, foco da sociologia política, estão as variáveis explicativas em tese relacionadas aos atributos sociais – como gênero, cor, escolaridade, renda e ocupação – que abrem ou fecham as trilhas rumo à classe política e suas elites. Na dimensão institucional, foco da ciência política institucionalista, destacam-se as oportunidades que as instituições abrem para indivíduos ou categorias sociais acessarem postos nas elites eletivas. Afirma-se ao longo da coletânea que tanto as instituições exógenas aos partidos, como os sistemas eleitoral e partidário e a organização parlamentar, quanto as endógenas, como a organização interna e sua complexidade e autonomia próprias, são importantes no entendimento da formação das elites. Na terceira dimensão, a atitudinal, estão os fatores que promovem a adesão (subjetiva) dos agentes sociais aos valores básicos do sistema político, em geral, e dos partidos, em particular. Tais valores ampliam (ou reduzem) a disposição dos indivíduos para ingressar na política, se filiar a organizações partidárias e assumir a política como atividade profissional estável e exclusiva.

A despeito da diversidade interna da coletânea, parece haver uma pergunta geral para a qual todos os artigos convergem: consideradas variáveis de ordem estrutural, institucional e atitudinal e seus efeitos sobre o recrutamento e a conformação da classe política, é possível afirmar que a profissionalização e a institucionalização da política no Brasil avançam?

Sem dúvida, uma pergunta tão genérica abrange várias questões sobre o caso brasileiro. Pode-se dizer que os partidos no Brasil estão se institucionalizando? Eles são autônomos para definir seus candidatos e controlar o acesso aos cargos eletivos ou suas listas resultam de estratégias indivi-

duais e recrutamentos laterais? Existe um processo de popularização da representação política? A ideologia faz diferença? Qual a relação entre a socialização política dos indivíduos e as estratégias eleitorais dos partidos? O que tudo isso diz da classe política nacional e suas elites? Com base em dados sobre candidaturas e eleições para prefeito, deputado federal e senador entre 1998 e 2014 (o período varia conforme o estudo), esses pontos são abordados ao longo do livro.

No debate nacional sobre essas questões, estudos “pessimistas” concluem que os partidos têm baixa influência sobre o comportamento de seus membros (Ames, 2003) e que a porosidade das listas ao recrutamento paralelo favorecem os *outsiders* em detrimento dos profissionais da política (Santos, 1997). Em contraponto, os estudos “otimistas” sustentam que os partidos, em graus variados, detêm instrumentos para controlar as decisões de seus membros e contam com uma autonomia não negligenciável para organizar estratégias político-eleitorais em prol da organização (Braga, 2008). Por essa perspectiva, o campo da política avança em seu processo de institucionalização, os partidos importam e indivíduos não reinam absolutos.

Cabe aqui uma síntese sobre cada capítulo do livro. A publicação é iniciada por uma *apresentação*, em que Adriando Codato e Luiz Domingos Costa expõem, à luz das literaturas nacional e estrangeira, o estado da arte das discussões na área, debatendo conceitos básicos e apontando perguntas centrais a serem perseguidas em pesquisas sobre recrutamento, classe política e segmentos de elite no Brasil. Trata-se de uma moldura bastante útil para situar os dez textos que compõem a coletânea.

A apresentação é seguida pelo primeiro capítulo, “Classificando ocupações prévias à política”, de Adriano Codato, Luiz Domingos Costa e Lucas Massimo. Os autores enfatizam a importância das *ocupações* no estudo do recrutamento das elites políticas, destacando os desafios metodológicos enfrentados no uso dessa variável. O capítulo apresenta uma extensa lista de dificuldades para o uso padronizado da variável “ocupações”; essas dificuldades se refletem na ausência de tipologias abrangentes (e compartilhadas) nesse campo de pesquisa. Com essa lacuna, estudos parcimoniosos e comparáveis sobre recrutamento político dão lugar a análises *ad hoc*, orientadas pelas perspectivas de cada pesquisador, pelo tipo de dados acessíveis sobre as ocupações e, enfim, pelos métodos que o pesquisador adota para agregar uma grande lista de profissões em categorias mais amplas e passíveis de análise.

Para superar esses dilemas metodológicos, Codato, Costa e Massimo propõem uma tipologia que vai além dos nomes das profissões – “profissionais liberais”, “empresários”, “servidores públicos” etc. – ressaltando os aspectos de ordem estrutural que influenciam o acesso a cargos eletivos. Em vez de nomearem os campos ocupacionais relacionados com o recrutamento, os autores, inspirados em Weber, agregam as ocupações conforme (a) o tempo livre que asseguram para a dedicação à política, (b) a convergência entre as habilidades ocupacionais e as habilidades necessárias ao fazer político e, por fim, (c) as oportunidades sociais que as ocupações propiciam para o ingresso na carreira política.

Combinando esses três fatores em uma escala de *predisposição à atividade política* – alta, média e baixa –, os autores avaliam o perfil ocupacional das candidaturas nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara, distinguindo homens e mulheres. A análise revela uma diferença estatisticamente relevante entre os sexos, sugerindo que parte da dificuldade das mulheres para o acesso a cargos políticos se dá porque suas ocupações típicas restringem o tempo disponível à política, limitam a competitividade eleitoral feminina e reduzem as chances de ingresso das mulheres em redes politicamente promissoras. Em suma, o capítulo fornece um repertório metodológico útil para estudos que visem captar os efeitos estruturais das ocupações sobre as chances de homens e mulheres que ingressam na política.

O título do segundo capítulo, de Luiz Domingos Costa e Adriano Codato, consiste numa pergunta: “Profissionalização ou popularização da classe política brasileira?”. A partir dessa questão, os autores avaliam os efeitos das transformações sociais e políticas recentes – em especial, a democratização das eleições e a ascensão política da esquerda – sobre a configuração social e institucional da representação parlamentar no Brasil no âmbito federal. Com foco nos senadores, mas tendo em vista estudos sobre deputados federais, o capítulo aborda visões diversas das trajetórias e dos perfis dos parlamentares que chegam ao Congresso.

No tocante à *profissionalização*, são evocados estudos que apontam a baixa institucionalidade da representação parlamentar federal. Parte dos estudos mobilizados sustenta que a política como profissão é desvalorizada pela alta frequência de aventureiros (*outsiders*) que ascendem ao Congresso sem contar com experiências ou atributos próprios dos políticos *experts*; outra parte, no entanto, explica que as altas taxas de renovação parlamentar não

expressam a falta de profissionalização, mas a busca dos políticos experientes por cargos mais influentes, como a chefia do Executivo ou postos de alto escalão na estrutura desse poder.

Os autores mencionam ainda uma terceira via nessa polêmica, que entende a alta renovação como *popularização* da representação federal (Rodrigues, 2002), decorrente do aumento das chances eleitorais de segmentos de classe historicamente escassos nos cargos mais altos da política institucional.

Afinal, a composição do Congresso se explica melhor pela profissionalização (ou falta dela) ou pela popularização? A partir de dados sobre perfil e trajetória de 240 senadores, os autores apontam alterações da representação no Senado, em favor das classes médias assalariadas e das classes populares. Mas, devido a limitações dos dados, as conclusões não são taxativas. Se, por um lado, a ascensão das classes assalariadas reduz o espaço das antigas elites no parlamento, por outro, o acesso ao parlamento não é “popular” em sentido pleno, já que demanda dos candidatos populares os atributos típicos dos profissionais da política.

Algumas questões do segundo capítulo são retomadas no terceiro, “Os empresários no Senado”, de Luiz Domingos Costa, Paulo R. N. Costa e Wellington Nunes. Seu objetivo é entender melhor como os membros do empresariado se lançam na política, como constroem suas carreiras, que atributos e experiências detêm e como usam os partidos para alcançar os cargos de representação no Senado Federal.

Um ponto destacado é a tradicional ligação entre empresários e representação congressional, que remonta ao Império. Apesar das oscilações entre os períodos históricos e entre as duas câmaras, a parcela de cadeiras ocupadas pelo empresariado no Congresso Nacional tem estado em torno dos 30%. Em tempos mais recentes, com exceção do período militar, a bancada empresarial no Legislativo federal tem sido a maior, se comparada a cada uma das demais, como a dos profissionais liberais, dos funcionários públicos etc.

Demonstrado o peso da bancada empresarial, os autores testam hipóteses inspiradas em publicações na área (Rodrigues, 2002; Santos, 1997), ambas sobre a Câmara dos Deputados. Uma das hipóteses, confirmada nesse capítulo, prevê associação entre a origem social dos senadores e a ideologia dos partidos em que se filiam: empresários, no Senado ou na Câmara, se vinculam com frequência bem maior a partidos de direita e centro, e raramente a partidos de esquerda. Uma segunda hipótese, relativa ao padrão de

carreira, não foi confirmada: ao contrário do esperado, a média de idade dos empresários senadores ao estrear na política equivale à média dos demais segmentos, quando se esperava ser maior. Além do mais, o tempo entre a estreia na política e a chegada ao Senado não é menor entre os empresários do que entre os senadores em geral.

O “Sucesso eleitoral nas disputas para a Câmara dos Deputados” nas eleições de 1998, 2002 e 2006 é discutido no quarto capítulo. Renato Perissinotto e Bruno Bolognesi avaliam, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os efeitos de variáveis políticas, demográficas e societárias sobre o desempenho eleitoral dos candidatos. No estudo, os autores buscam interpretar tendências gerais no processo de ascensão à Câmara e identificar os diferentes efeitos dessas variáveis por bloco ideológico.

Em termos gerais, constata-se a vantagem das candidaturas masculinas diante das femininas (exceto nas eleições de 2006, quando não há diferença estatística relevante entre elas). Nota-se também uma queda no sucesso eleitoral de advogados e um aumento no de médicos, engenheiros e economistas nas três eleições analisadas. Para os autores, isso indica uma mudança importante, pois aponta o declínio do caráter bacharelesco da representação parlamentar, em favor de profissões fundadas em saber mais técnico e especializado. A influência do diploma universitário nas chances eleitorais também foi notada, em escala ascendente, ao longo das eleições em todos os blocos ideológicos. Cabe destacar ainda o peso acentuado e crescente da *expertise* política nas chances eleitorais: candidatos que se definem como “políticos” têm mais probabilidade de serem eleitos que os de outras ocupações. Com isso, os autores concluem que a carreira de deputado no Brasil está cada vez mais profissionalizada. O acesso a uma vaga na Câmara tem exigido dos pretendentes uma crescente qualificação formal de ordem técnica, intelectual e política propriamente dita.

No tocante à composição social dos blocos ideológicos, confirmaram-se as diferenças apontadas em estudos anteriores (Santos, 1997; Rodrigues, 2002). Salvo exceções, a presença e as chances eleitorais de empresários, industriais e pecuaristas é maior nos partidos de direita, enquanto profissionais assalariados, como metalúrgicos e bancários, são mais bem-sucedidos na esquerda.

O quinto capítulo, de Emerson Cervi, Luiz Domingos Costa, Adriano Codato e Renato Perissinotto, tem o título “Dinheiro, profissão e partido nas eleições legislativas”. O artigo busca avaliar o desempenho eleitoral dos

candidatos à Câmara dos Deputados em 2010, a partir das variáveis *profissão e finanças de campanha*. Com base em dados do TSE, os autores avaliam dados sobre o perfil social dos candidatos e os custos das campanhas eleitorais, apontando uma crescente profissionalização da carreira de deputado federal. Indo além do estudo feito no quarto capítulo, os autores fazem uma análise detalhada do subgrupo de candidatos que se declaram políticos profissionais. Os dados revelam que ter sido deputado e/ou estar tentando a reeleição é sinônimo de sucesso para 72% dos candidatos – taxa bem superior às das demais profissões, inclusive no campo da política, como a de vereador.

O capítulo avalia também o desempenho eleitoral conforme a profissão e a filiação partidária dos candidatos, considerando inclusive os pequenos partidos, normalmente ignorados nas pesquisas. Nota-se que, em partidos grandes ou pequenos, deputados federais profissionais são muito mais bem-sucedidos que os demais, mesmo os com experiência em outros cargos políticos. No entanto, os maiores partidos contam com mais deputados carreiristas, indicando associação positiva entre a profissionalização dos deputados individuais e o desempenho eleitoral de suas legendas.

Por fim, o capítulo trata da relação entre sucesso eleitoral e gastos oficiais de campanha. As conclusões convergem com o esperado: as chances de vencer as eleições aumentam conforme o volume de gastos. O mais interessante, no entanto, é perceber que o volume médio de gastos de campanha é bem maior entre os deputados profissionalizados do que entre os demais candidatos. Esse dado sugere que uma competência adquirida através da profissionalização é a capacidade de captar recursos para a reeleição.

No sexto capítulo, Luiz Domingos Costa, Bruno Bolognesi e Adriano Codato discutem “O recrutamento político e a questão de gênero no parlamento brasileiro” e avaliam a importância dos partidos no acesso das mulheres à Câmara. Sem ignorar fatores estruturais, culturais e institucionais, o estudo destaca os partidos como arenas decisivas no recrutamento das elites políticas, particularmente do segmento feminino dessas elites. Argumenta-se que, devido a fatores internos, ligados a seu funcionamento e organização, as legendas se diferenciam na capacidade de levar mulheres ao parlamento.

Com dados do TSE sobre as eleições de 2002 e 2006, constata-se que as posições ideológicas dos partidos estão associadas ao grau de profissionalização de seu contingente feminino. Partidos de esquerda se destacam dos demais pela maior capacidade de eleger mulheres e instigar sua profissio-

nalização parlamentar. Sugere-se um círculo virtuoso no qual a (re)eleição consolida a profissão, que, por sua vez, viabiliza a manutenção dos cargos.

Os autores verificam, ademais, grandes diferenças entre os partidos a respeito do número de mulheres na lista, do total de mulheres entre os eleitos e da taxa de sucesso das candidaturas femininas. No todo, o estudo sugere a relevância das estratégias de cada partido para viabilizar o sucesso eleitoral de suas candidaturas e, ao mesmo tempo, enfrentar a questão de gênero no interior da organização.

“Onde estão os trabalhadores nos partidos brasileiros?” é a questão que dá título ao sétimo capítulo, de Luiz Domingos Costa, Bruno Bolognesi e Adriano Codato. Com base em dados das candidaturas em cinco eleições sucessivas (1998 a 2014), o estudo avalia a capacidade dos partidos para eleger candidatos oriundos da classe trabalhadora – como operários, técnicos, escriturários etc. Afinal, o aumento do número de legendas no sistema tem favorecido a ascensão política de trabalhadores? O tamanho dos partidos tem peso explicativo sobre o fenômeno? A clássica divisão entre esquerda, centro e direita ajuda a entender os padrões de recrutamento desse segmento para a Câmara? Ao longo dos anos, houve mudanças no desempenho dos partidos (ou blocos) para captar e eleger candidatos das classes populares?

A resposta é sim a todas as questões. A lista de candidatos aumentou com o número de legendas em disputa, e o percentual das candidaturas de trabalhadores cresceu de forma regular, embora discreta – de 12% para 16% ao longo das cinco eleições. Os partidos pequenos destacam-se pela crescente contribuição no total de candidatos, mostrando-se importantes no acesso de segmentos populares às listas eleitorais e às cadeiras parlamentares.

No tocante à ideologia, a comparação dos blocos com base no número de candidatos trabalhadores tem um resultado contraintuitivo: partidos de direita, de centro e os ditos fisiológicos – “catadores de votos” – contribuem mais do que a esquerda para candidaturas de profissões de baixo prestígio social. O Partido dos Trabalhadores (PT), ícone da ascensão dos trabalhadores na política federal, deixa de ser a principal via desse segmento ao parlamento. Na contramão de outros partidos, a contribuição do PT na lista geral de trabalhadores candidatos cai de 20% para 5%, indicando o que os autores chamam de “aburguesamento” da legenda, que aos poucos priorizou candidaturas de segmentos sociais elevados em detrimento dos setores populares.



Sobre a *popularização* eleitoral supostamente indicada pela diversidade das candidaturas, os autores concluem que a multiplicação de legendas de fato abre espaço para candidaturas da “gente comum”. No entanto, a disputa racionalizada por resultados privilegia atributos e recursos próprios de profissionais da política, pouco disponíveis a trabalhadores de baixa e média qualificação.

Diferentemente dos capítulos anteriores, que tratam de parlamentares, o oitavo – “Quem se elege prefeito no Brasil” – aborda um segmento pouco estudado da elite política nacional. Os autores Adriano Codato, Emerson Cervi e Renato Perissinotto mobilizam variáveis políticas e socioeconômicas para analisar, por meio de regressão logística, seu peso explicativo sobre a variável dependente: a vitória nas eleições para prefeito no Brasil em 2012.

Aqui também as variáveis políticas mostram grande peso explicativo, superior ao das de natureza social ou econômica. Os indicadores estatísticos indicam que estar em busca da reeleição (já ser prefeito), concorrer por uma coligação partidária e ser de um partido competitivo são, nessa ordem, os elementos políticos mais favoráveis ao sucesso na disputa pelas prefeituras. Apenas a ideologia teve efeito inverso ao esperado pelos autores: ser de centro, que em tese atrairia votos, diminui as chances eleitorais ao invés de aumentar.

Entre as variáveis econômicas, os recursos de campanha se destacaram positivamente, enquanto a riqueza pessoal do candidato revelou influência negativa no pleito. No tocante às variáveis sociais, confirmou-se a desvantagem das mulheres diante dos homens. A escolaridade não mostrou efeito positivo relevante, ao contrário do que se percebeu nas eleições para deputado analisadas ao longo da obra. Já o impacto da variável idade apontou que os mais novos (até 47 anos) têm mais chances de ser eleitos. Não é possível explicar esse fato no âmbito do estudo proposto, mas os autores observam que candidatos competitivos mais velhos podem estar disputando cargos eletivos que não o de prefeito.

Bruno Bolognesi assina o nono capítulo, “Determinantes da seleção de candidatos”. Com foco nas quatro maiores legendas que disputaram eleições para deputado federal em 2010 – Democratas (DEM), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e PT–, o artigo avalia a nomeação dos candidatos tendo em vista os graus de institucionalização partidária. O autor faz uma detalhada revisão da literatura e adota um conceito de institucionalização que abrange as

dimensões *estrutural* e *atitudinal* dos partidos. Para cada dimensão, propõe indicadores empíricos e formas de mensuração.

A hipótese é de que o grau de institucionalização explica a estratégia das organizações partidárias para montar suas listas eleitorais. Enquanto os brasilianistas desde os anos 1990 alegam a fraqueza dos partidos, sobretudo na arena eleitoral, Bolognesi busca mostrar que mesmo nessa arena se percebe a força partidária. Essa força varia, por um lado, com a complexidade da organização e sua autonomia frente a pressões externas (dimensão estrutural); por outro, varia com a imagem pública do partido e seu poder de promover a adesão dos candidatos, membros e eleitores aos princípios e projetos partidários (dimensão atitudinal).

Com base nas respostas (*survey*) de 120 candidatos sobre a composição das listas eleitorais em suas legendas, Bolognesi constata diferenças entre DEM, PSDB, PMDB e PT no grau de institucionalização e, em tese, na capacidade de cada legenda para conter o individualismo incentivado pelo sistema eleitoral. O DEM e o PT estão em polos opostos: aquele se mostrou mais vulnerável a interesses extrapartidários e de candidatos individuais, enquanto este revelou mais autonomia e eficácia para compor a lista conforme o interesse partidário. Conclui-se que, mesmo com incentivos institucionais ao personalismo e ao individualismo, os partidos brasileiros detêm (em graus variados) recursos organizacionais para restringir ou incentivar estratégias eleitorais conforme os interesses da organização.

O décimo capítulo, “As motivações no recrutamento político no Brasil”, de Bruno Bolognesi e Pedro Medeiros, encerra a coletânea. Sem ignorar os fundamentos *estruturais* e *institucionais* do recrutamento político, os autores buscam entendê-lo com base nos elementos *atitudinais*. Enquanto o aspecto estrutural se refere a posição social e recursos dominados pelos indivíduos e o institucional indica as opções formais de acesso a cargos políticos, o atitudinal consiste nos atributos subjetivos relacionados com o *interesse* pela política. A ideia é de que não basta *poder*, é preciso *querer* se dedicar à política.

Com base no mesmo *survey* utilizado no capítulo anterior, aqui os autores buscam fatores associados ao momento inicial do interesse dos respondentes pela política e sua decisão de se profissionalizar na atividade. Embora haja diferenças entre partidos, a família e a escola (sobretudo o movimento estudantil) se revelaram as arenas de socialização mais influentes em despertar os candidatos para a política. Com relação à profissionalização, os partidos

aparecem como grandes incentivadores do processo. Vale observar que os deputados do *survey* se referem às legendas em que estavam *naquela* eleição, de modo que o eventual efeito de filiações anteriores não foi mensurado – é provável que isso tenha subestimado o efeito dos partidos sobre o interesse pela política como profissão.

Tudo considerado, fica evidente no último capítulo a importância dos partidos no processo de recrutamento das elites políticas nacionais. E isso se deve não só ao controle dos partidos sobre o acesso a postos cobiçados, mas à capacidade que eles têm de cultivar aspirações e influenciar escolhas de vida dos indivíduos socializados em seu meio.

Como é comum em coletâneas, a obra não apresenta uma conclusão, deixando ao leitor a tarefa de extrair padrões sobre questões que perpassam a publicação. A despeito da diversidade dos estudos, seria interessante se houvesse uma síntese das convergências dos diversos capítulos, para uma visão parcimoniosa dos resultados sugeridos pelo conjunto da publicação. Assim, a contribuição da obra na divulgação do atual estado da arte das pesquisas poderia ter ainda mais força.

A seguinte síntese simplifica bastante o teor de *Retratos da classe política brasileira*. Ressalvados os detalhes (que só podem ser conhecidos na coletânea) é possível afirmar que a obra pende ao polo “otimista” do debate. Vejam-se os artigos que tratam dos partidos políticos e da profissionalização política. Em relação aos partidos, por exemplo, a obra reforça o argumento de que eles importam: os partidos relevantes do sistema apresentam consistência entre sua composição social e a ideologia professada; a organização partidária, salvo diferenças entre legendas, controla as estratégias político-eleitorais da organização, demonstrando autonomia diante das pressões externas e dos interesses individuais de *outsiders*; os partidos são definitivos no processo de socialização política, exercendo grande influência *subjettiva* na escolha da política como profissão. Enfim, os partidos não são meros mecanismos eleitorais para fins individuais, mas organizam de forma previsível a disputa política e estabelecem padrões de acesso dos cidadãos e cidadãs à elite política nacional.

Nos estudos sobre profissionalização, no geral os resultados também são interpretados positivamente no livro. Um indicador central mobilizado são as taxas altas e crescentes de sucesso dos candidatos que se declaram profissionais da política – particularmente como deputados federais. São taxas

muito superiores às de qualquer outra profissão declarada pelos candidatos. A ideia é de que o profissional típico se dedica à política com tempo e outros recursos que aumentam seu *know-how* e sua eficiência como representante e como competidor eleitoral, assumindo a atividade de maneira exclusiva e permanente. Não por acaso, as profissões mais favoráveis à produção de profissionais são as que disponibilizam mais tempo aos indivíduos para se engajarem na política e nos partidos.

Está claro que tais conclusões contrariam a visão negativa de que os partidos brasileiros são pouco institucionalizados e desimportantes, de que os representantes não se profissionalizam e de que as eleições são marcadas por *outsiders* aventureiros, que concorrem por oportunismo e vencem eleições. Renovam-se assim as bases de uma polêmica que já dura décadas no país. Afinal, como andam as instituições representativas e os representantes brasileiros? A julgar pelo estágio das pesquisas vislumbrado na obra, um consenso está longe de ser alcançado.

Há motivos *conceituais* e *empíricos* para as dificuldades enfrentadas neste campo de pesquisa. No primeiro caso, destacam-se polêmicas sobre conceitos centrais do debate, como os de institucionalização e profissionalização. Ambos os conceitos podem ser desdobrados em várias dimensões, que induzem a conclusões diferentes conforme a dimensão privilegiada. Se, por exemplo, a profissionalização é enfatizada como acúmulo de experiência no mesmo cargo, como é comum nos Estados Unidos, uma parte expressiva dos deputados federais e senadores brasileiros é tida como não profissionalizada e tende a permanecer assim. Em contrapartida, quando se leva em conta o trânsito dos políticos entre os postos disponíveis, o entra e sai no Congresso (com vistas a experiências em outros cargos) pode ser percebido como outra via de profissionalização – de fato, muitos deputados e sobretudo senadores têm esse segundo perfil. Divergências analíticas similares podem ocorrer também nos estudos sobre a renovação parlamentar ou a institucionalização dos partidos e do parlamento como arenas de abrigo das elites.

Além das divergências conceituais, há aquelas de natureza empírica que dificultam consensos acadêmicos. As pesquisas sobre elites brasileiras estão longe de ter uma base empírica padronizada para que os estudos sejam comparáveis em termos sincrônicos e diacrônicos. Salvo no caso de pesquisas de *survey* sucessivas e em grande escala, que são caras e raras, os estudiosos precisam definir suas estratégias de agregação a partir de dados de diferentes fontes, que resultam em elites com diferentes configurações.

Isso afeta de forma decisiva os estudos sobre popularização, institucionalização e profissionalização política, centrais nos estudos das elites. No caso da profissionalização, por exemplo, um indicador importante é o percentual de candidatos que se atribuem a profissão de “político”. Mas, no Brasil, apenas os dados do TSE oferecem essa possibilidade (a ficha de candidatura apresenta essa opção). Em fontes como o *Repertório biográfico brasileiro* ou o repertório de dados dos *sites* oficiais dos legislativos, a profissão indicada é a atividade anterior ou paralela à entrada na política. Quando mais de uma profissão é apontada, muitas vezes é difícil saber qual a principal ou a mais atual... Além disso, em muitos casos, os bancos permutam *profissão* e *diploma acadêmico* (Rodrigues, 2002), de modo que se torna impossível ter certeza de quais profissões *efetivas* são mais favoráveis à profissionalização política.

E mesmo no caso dos dados do TSE há complicações. As análises longitudinais são prejudicadas porque o TSE ajusta ao longo dos anos a ficha a ser preenchida pelos candidatos. Isso altera as opções de autodefinição ocupacional, afetando as proporções das categorias profissionais sem que haja relação com alterações históricas reais na configuração social na classe política nacional.

Quem lida com dados dos repertórios não tem como categorizar um político como “profissional” sem recorrer a uma pesquisa sobre as biografias de cada indivíduo incluído no banco de dados. Nesse caso, uma alternativa é considerar a data de ingresso na política e o número de mandatos ou cargos ocupados. Esse dado, no entanto, não está disponível para quem recorre aos bancos do TSE. Sem dúvida, estudos que considerem o *tempo na política* e o *número de mandatos* como indicadores da profissionalização das elites geram resultados diferentes daqueles baseados na autoindicação nas fichas do TSE. Não há necessidade lógica para se pensar que o número de mandatos numa determinada Casa (informação obtida nos repertórios biográficos) possa levar alguém a se definir como político profissional. Na verdade, uma pesquisa a ser feita é sobre os efeitos da trajetória e da experiência política dos candidatos sobre sua autodefinição profissional – *ceteris paribus*, advogados e empresários tendem a se ver como políticos profissionais mais precocemente do que professores e servidores públicos?

São muitas as questões suscitadas direta ou indiretamente pelos dez capítulos do livro, revelando um campo desafiador e atraente para a pesquisa. O fato é que, pela vasta bibliografia sobre questões-chave do debate e

pelos estudos empíricos que apontam caminhos e revelam pendências nas pesquisas sobre a classe política, *Retratos da classe política brasileira* é uma importante contribuição à ciência política nacional. Espera-se que inspire, em seus autores e outros pesquisadores, esforços na direção de uma maior abrangência latitudinal e longitudinal das pesquisas na área – incluindo o estudo das elites nos níveis estadual e municipal, ainda muito pouco visados.

## Referências

- AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ANASTASIA, Fátima; MATEOS DIÁZ, Araceli; INÁCIO, Magna & ROCHA, Marta Mendes (2009). *Elites parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- BRAGA, Maria S. (2008). “Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo”. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 454-85.
- CZUDNOWSKI, Moshe (1975). “Political recruitment”, em GREENSTEIN, Fred & POLSBY, Nelson (eds.). *Handbook of political science: micro-political theory*. Reading (MA): Addison-Wesley.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, André Marengo dos (1997). “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 33, p. 87-101.

Recebido em 10 de maio de 2015.

Aprovada em 11 de março de 2016.